

Despacho (extracto) n.º 20 252/2007

Nos termos dos artigos 31.º e 32.º do Decreto-Lei n.º 124/99, de 20 de Abril, e sob proposta do conselho científico deste Instituto, é nomeado o júri das provas de habilitação para o exercício de funções de coordenação científica, na área de Ciências Naturais, requeridas pelo investigador auxiliar Doutor José Carlos de Carvalho Rodrigues, seguindo a ordem proposta pelo conselho científico:

Presidente — Prof. Doutor Jorge Braga de Macedo, presidente do Instituto de Investigação Científica Tropical, I. P., que presidirá. Vogais:

Prof.ª Doutora Maria Ondina Gonçalves Dionísio Vidigal Figueiredo, investigadora-coordenadora do Instituto de Investigação Científica Tropical, I. P.

Prof.ª Doutora Helena Margarida Nunes Pereira, professora catedrática do Instituto Superior de Agronomia.

Prof.ª Doutora Maria João Vidal Oliveira Batista Marcelo Curto, professora catedrática do Instituto Nacional de Engenharia, Tecnologia e Inovação.

Prof.ª Doutora Maria Manuela Costa Neves Figueiredo, professora catedrática do Instituto Superior de Agronomia.

Prof.ª Doutora Maria Margarida Lopes de Figueiredo, professora catedrática da Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra.

Prof. Doutor Manuel José Teixeira Carrondo, professor catedrático da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa.

Prof. Doutor João Carlos Moura Bordado, professor catedrático do Instituto Superior Técnico.

13 de Agosto de 2007. — Pelo Presidente, o Vice-Presidente, *António José Lopes de Melo*.

Despacho (extracto) n.º 20 253/2007

Por despacho de 30 de Julho de 2007 do presidente do Instituto de Investigação Científica Tropical, I. P., foi a Maria Paula de Matos Branco, técnica superior de 1.ª classe do quadro de pessoal do Instituto de Investigação Científica Tropical, I. P., concedida licença sem vencimento por um período de 30 dias com efeitos a partir de 1 de Agosto de 2007.

13 de Agosto de 2007. — O Vice-Presidente, *António José Lopes de Melo*.

Instituto de Meteorologia, I. P.**Aviso n.º 16 370/2007**

Por meu despacho de 6 de Julho de 2007 e nos termos do disposto na Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, conjugada com o Decreto-Lei n.º 157/2007, de 27 de Abril, e com a Portaria n.º 555/2007, de 30 de Abril, e na sequência de deliberação do conselho directivo na sua reunião de 5 de Junho, foi autorizado o regresso de licença sem vencimento de longa duração, com efeitos a 9 de Julho de 2007, à funcionária Claudina Noémia Almas Ramos, com a categoria profissional de técnica superior de 1.ª classe.

2 de Agosto de 2007. — O Vogal do Conselho Directivo, *António Dias Baptista*.

MINISTÉRIO DA CULTURA**Inspecção-Geral das Actividades Culturais****Despacho n.º 20 254/2007**

Considerando:

A publicação e entrada em vigor do Decreto Regulamentar n.º 81/2007, de 31 de Julho, que opera a reestruturação da Inspecção-Geral das Actividades Culturais, do Ministério da Cultura, no âmbito do processo global de reforma da Administração Pública, assim como a publicação da Portaria n.º 822/2007, de 31 de Julho, que determina a estrutura nuclear e as competências da respectiva unidade orgânica do serviço;

A necessidade de garantir o normal funcionamento e rápida consolidação da estrutura agora aprovada:

Nomeio, em regime de substituição, no cargo de direcção intermédia de 1.º grau (director de serviços) da Direcção de Serviços Jurídicos e de Contencioso o licenciado Júlio Ernesto de Araújo Melo, inspector superior principal da carreira de inspecção do quadro de pessoal da Inspecção-Geral das Actividades Culturais, por possuir os requisitos legais exigidos e experiência profissional no exercício de funções dirigentes, correspondendo assim ao perfil necessário para o lugar a prover, evidenciado na nota curricular em anexo ao presente despacho e do qual faz parte integrante, tudo nos termos dos artigos 20.º, 21.º e 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto.

A presente nomeação produz efeitos a partir de 1 de Agosto de 2007.

2 de Agosto de 2007. — A Inspectora-Geral, *Paula Andrade*.

Curriculum vitae

(abreviado)

Nome — Júlio Ernesto Fonseca de Araújo Melo.

Data de nascimento — 20 de Dezembro de 1956.

Licenciado em direito, em 1985, pela Faculdade de Direito de Lisboa.

Exercício de advocacia.

Cédula profissional n.º 6343, emitida pela Ordem dos Advogados de Lisboa.

Curso «CAGEP — Curso avançado de gestão pública», com 16 valores.

Orador em várias palestras sobre espectáculos e direitos de autor.

De 1977 a 1984 — técnico superior de 2.ª classe do quadro da Direcção-Geral dos Espectáculos e de Direito de Autor.

De 1985 a 1988 — consultor jurídico de 1.ª classe do quadro da Direcção-Geral dos Espectáculos.

De 1992 a 1995 — chefe de divisão da Direcção-Geral dos Espectáculos.

2000 — assessor principal da carreira de consultor jurídico, desta Inspecção-Geral.

De 1997 a 2003 — director de serviços do Departamento de Auditoria e Contencioso.

2007 — transitou para carreira de inspecção com a categoria de inspector superior principal.

De 2003 a 2007 — subinspector-geral da IGAC.

Publicações — *Espectáculos e Divertimentos Públicos* — regime jurídico em co-autoria com o director-geral.

**PARTE D****3.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE AMARANTE****Anúncio n.º 5893/2007****Prestação de contas de administrador (CIRE)****Processo n.º 2561/05.9TBAMT-L**

Administrador da insolvência — António Bonifácio.

Insolvente — Manuel José Teixeira Files.

A Dr.ª Ana Paula Ferreira Lima, juíza de turno, faz saber que são os credores e o insolvente Manuel José Teixeira Files, titular do bilhete de identidade n.º 9470221 e residente no lugar de Rampa Alta, 1.º, esquerdo, São Gonçalo, 4600 Amarante, notificados para, no prazo de 5 dias, decorridos que sejam 10 dias de éditos, que começarão a contar-se da publicação do anúncio, se pronunciarem sobre as contas apresentadas pelo administrador da insolvência (artigo 64.º, n.º 1, do CIRE).